

DE ACORDO COM O EDITAL N.º 03/2026



SANTANA DE PARNAÍBA-SP

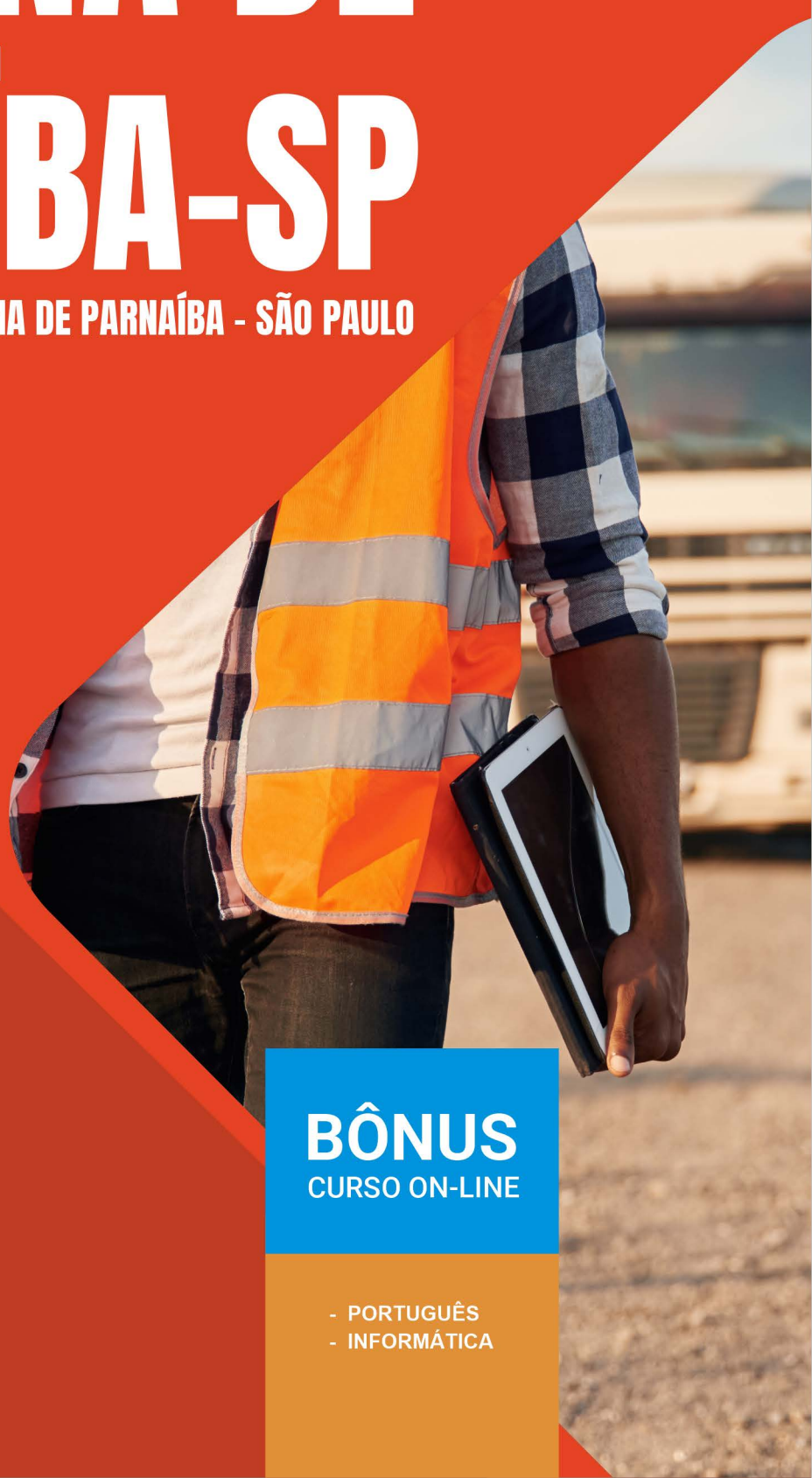
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA - SÃO PAULO

OPERADOR DE TRÁFEGO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SANTANA DE PARNAÍBA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE
PARNAÍBA - SÃO PAULO

OPERADOR DE TRÁFEGO

EDITAL N.º 03/2026

CÓD: OP-087JH-26
7901183000098

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto	7
2. Vocabulário	7
3. Tipologia e gêneros textuais	10
4. Alguns elementos constitutivos do texto: discurso direto, indireto, indireto livre, pressuposto, subentendido e ambiguidade	10
5. Intertextualidade	13
6. Coesão e coerência	15
7. Figuras de Linguagem	16
8. Funções da Linguagem.....	17
9. Fonemas e Fonética: representação e classificação dos fonemas, encontros vocálicos, encontro consonantal e dígrafo; Sílabas e tonicidade.....	18
10. Acentuação gráfica.....	20
11. Crase	22
12. Ortografia; Utilização dos porquês	22
13. Estrutura e formação das palavras.....	23
14. Classe de palavras	24
15. Frase, oração, período; Sintaxe do período simples e composto: (coordenação e subordinação); Termos essenciais da oração: sujeito, predicado, predicativo do sujeito e do objeto. Termos acessórios da oração. Termos integrantes da oração	31
16. Pontuação; Emprego e omissão do hífen.....	32
17. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, polissemia, denotação e conotação.....	34
18. Neologismo e estrangeirismo	34
19. Ortoepia e Prosódia	36
20. Reescrita de frases	37
21. Concordância nominal e verbal	42
22. Regência nominal e verbal.....	44
23. Colocação pronominal	45
24. Uso de há (verbo) e a (preposição); Emprego de onde e aonde.....	47
25. Literatura Brasileira, (periodização: início e término de cada período - ano, acontecimento e autor - características, representantes e obras de cada movimento)	50

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas.....	67
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	70
3. Lógica sentencial, (proposicional): proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan...	74
4. Diagramas lógicos	79
5. Lógica de primeira ordem	80
6. Princípios de contagem e probabilidades. Probabilidade. Combinações	82
7. Raciocínio lógico envolvendo problemas.....	87
8. Sequências Lógicas envolvendo números, letras e figuras	89

Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal

1. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba, (SP), (Lei Complementar n.º 034, de 25 de maio de 2011, (dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba, (SP)....	95
2. Lei Municipal n.º 3117, de 25 de maio de 2011, suas respectivas alterações, (dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Municipais de Santana de Parnaíba).....	117

Conhecimentos Específicos Operador de Tráfego

1. A organização do tempo e do espaço em educação infantil.....	127
2. Cuidados essenciais: alimentação, repouso, higiene e proteção.....	128
3. Jogos e brincadeiras.....	132
4. Histórias infantis.....	133
5. Crianças com necessidades educativas especiais.....	134
6. A formação do caráter na infância.....	135
7. Ética na educação infantil.....	136
8. Arte e estética na educação infantil.....	137
9. Noções de puericultura.....	138
10. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	140
11. Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil – MEC.....	179
12. Brinquedos e brincadeiras de creches – Manual de Orientação Pedagógica – MEC com apoio da UNICEF.....	181
13. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – MEC.....	182
14. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Introdução/vol. 2, vol. 3).....	182
15. Psicologia Infantil.....	184
16. Literatura Infantil.....	190
17. Noções de Primeiros socorros.....	191

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

VOCABULÁRIO

VOCABULÁRIO E SIGNIFICADO DAS PALAVRAS

► Conceito de vocabulário

O vocabulário corresponde ao conjunto de palavras que uma pessoa conhece, compreende e utiliza em diferentes situações de comunicação. Ele não se limita apenas à quantidade de palavras memorizadas, mas envolve também a capacidade de reconhecer seus sentidos, perceber suas variações e escolher o termo mais adequado conforme o contexto. Assim, ter bom domínio vocabular significa compreender que uma palavra pode apresentar diferentes valores expressivos, dependendo da frase, da intenção comunicativa e da situação em que aparece.

Na Língua Portuguesa, o estudo do vocabulário é essencial porque as palavras são a base da construção do sentido. Um texto, por mais simples que pareça, depende diretamente das escolhas vocabulares feitas por quem o produz. Uma palavra mal empregada pode tornar a mensagem imprecisa, ambígua ou inadequada. Por outro lado, uma escolha vocabular bem feita contribui para a clareza, a coerência e a expressividade do texto.

Também é importante perceber que o vocabulário não é fixo. Ele se amplia ao longo da vida, por meio da leitura, da escrita, da escrita e da convivência social. Novas palavras podem surgir, outras podem mudar de sentido e algumas podem deixar de ser usadas com frequência. Por isso, estudar vocabulário é estudar a língua em funcionamento, observando como as palavras produzem significado em situações reais de comunicação.

► Sentido das palavras

Sentido denotativo e sentido conotativo

O sentido denotativo é o sentido literal, objetivo e direto de uma palavra. É aquele que costuma aparecer nos dicionários e que se refere ao significado mais básico do termo. Quando se diz, por exemplo, "A flor nasceu no jardim", a palavra "flor" está sendo usada em sentido denotativo, pois indica uma planta real, concreta.

Já o sentido conotativo ocorre quando a palavra é usada de maneira figurada, subjetiva ou expressiva. Nesse caso, o significado ultrapassa o sentido literal e depende mais da interpretação do contexto. Quando se diz "Ela é uma flor de pessoa", a palavra "flor" não indica uma planta, mas uma característica positiva atribuída a alguém, como delicadeza, bondade ou simpatia.

A distinção entre denotação e conotação é muito importante para a interpretação textual. Textos informativos, técnicos e científicos tendem a empregar mais o sentido denotativo, pois buscam precisão e objetividade. Textos literários, publicitários

AMOSTRA

e poéticos, por sua vez, costumam explorar bastante o sentido conotativo, justamente para criar efeitos de expressividade, emoção ou persuasão.

► Relações de sentido entre palavras

As palavras não funcionam de forma isolada. Elas se relacionam entre si e constroem redes de significado. Essas relações ajudam a compreender melhor os textos, evitar repetições desnecessárias e ampliar a capacidade de expressão. Entre as principais relações vocabulares, destacam-se a sinonímia, a antonímia, a hiperonímia e a hiponímia.

A sinonímia ocorre quando duas ou mais palavras apresentam sentidos semelhantes. Por exemplo, “alegre” e “contente” podem ser consideradas sinônimas em determinados contextos. No entanto, é preciso cuidado: raramente duas palavras são perfeitamente equivalentes em todos os usos. A palavra “casa”, por exemplo, pode ser próxima de “residência”, mas cada uma possui grau de formalidade e contexto de uso diferente.

A antonímia ocorre quando há oposição de sentido entre palavras. Termos como “claro” e “escuro”, “alto” e “baixo”, “entrada” e “saída” apresentam sentidos contrários. Essa relação é útil para estabelecer contrastes, comparações e oposições dentro do texto.

A hiperonímia e a hiponímia dizem respeito à relação entre palavras de sentido mais amplo e palavras de sentido mais específico. “Fruta” é hiperônimo de “maçã”, “banana” e “laranja”, porque possui sentido mais geral. Já “maçã” é hipônimo de “fruta”, pois representa um elemento específico dentro de uma categoria maior.

► Importância do contexto para o vocabulário

O contexto é fundamental para determinar o sentido de uma palavra. Muitas palavras da Língua Portuguesa apresentam mais de um significado, e somente a situação de uso permite compreender qual sentido está sendo empregado. A palavra “banco”, por exemplo, pode indicar uma instituição financeira ou um assento. Sem contexto, não é possível saber com segurança qual interpretação é correta.

Além disso, o contexto ajuda a perceber a intenção de quem fala ou escreve. Uma palavra pode ser usada de forma neutra, irônica, afetiva, crítica ou humorística, dependendo da construção da frase e da situação comunicativa. Por isso, compreender vocabulário não é apenas saber o significado isolado das palavras, mas observar como elas se combinam dentro do texto.

Um bom leitor deve analisar as palavras próximas, o tema abordado, o gênero textual e a intenção comunicativa. Essa prática permite interpretar melhor expressões desconhecidas, evitar conclusões precipitadas e reconhecer efeitos de sentido produzidos pelas escolhas vocabulares.

FORMAÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO VOCABULAR

► Formação e ampliação do vocabulário

O vocabulário de uma pessoa se amplia de forma contínua por meio do contato com diferentes usos da língua. A leitura, a escuta atenta, a escrita e a observação do contexto são caminhos importantes para conhecer novas palavras e compreender melhor aquelas que já fazem parte do uso cotidiano. Ampliar

o vocabulário não significa apenas decorar termos difíceis, mas aprender a empregar as palavras com clareza, precisão e adequação.

A Língua Portuguesa possui muitos recursos para formar palavras. Uma palavra pode originar outras por acréscimo de prefixos e sufixos, por composição ou por alterações de sentido ao longo do uso. Por exemplo, a palavra “feliz” pode formar “infeliz”, “felicidade” e “felizmente”. Todas pertencem a uma mesma família de palavras, pois compartilham uma base de sentido, embora exerçam funções diferentes nas frases.

Compreender a formação das palavras ajuda o estudante a deduzir significados. Ao reconhecer que o prefixo “in” pode indicar negação, torna-se mais fácil compreender palavras como “incorreto”, “inadequado” e “incompleto”. Da mesma forma, ao perceber que o sufixo “mente” forma advérbios, entende-se melhor o funcionamento de palavras como “rapidamente”, “claramente” e “cuidadosamente”.

► Campos semânticos e relações entre palavras

O campo semântico é o conjunto de palavras relacionadas a uma mesma área de sentido. Quando se fala em escola, por exemplo, surgem palavras como aluno, professor, aula, livro, caderno, avaliação e aprendizagem. Esses termos pertencem a um mesmo campo semântico porque se aproximam pelo tema que representam.

O estudo dos campos semânticos é importante porque ajuda a organizar o vocabulário de maneira lógica. Em vez de aprender palavras isoladas, é mais produtivo compreender como elas se conectam dentro de um assunto. Essa relação favorece a interpretação de textos, pois permite ao leitor perceber o tema central e identificar palavras que reforçam determinada ideia.

Além disso, os campos semânticos contribuem para a produção textual. Um texto sobre saúde, por exemplo, exige vocabulário adequado a esse universo, como prevenção, tratamento, sintomas, diagnóstico e qualidade de vida. Já um texto sobre meio ambiente pode empregar termos como preservação, sustentabilidade, poluição, ecossistema e recursos naturais. A escolha dessas palavras torna o texto mais coerente e preciso.

► Adequação vocabular ao contexto

A adequação vocabular consiste em escolher palavras compatíveis com a situação comunicativa. Nem toda palavra serve para qualquer contexto. Uma conversa informal entre amigos permite expressões mais espontâneas e coloquiais, enquanto um texto formal exige vocabulário mais objetivo, cuidadoso e adequado à norma-padrão.

Essa adequação depende de fatores como o público, a finalidade do texto, o grau de formalidade e o gênero utilizado. Em um texto informativo, por exemplo, deve-se priorizar clareza e objetividade. Em um texto opinativo, além da clareza, é importante escolher palavras que sustentem argumentos com precisão. Em textos literários, pode haver maior liberdade vocabular, com uso de linguagem figurada, expressiva e subjetiva.

A falta de adequação vocabular pode prejudicar a compreensão da mensagem. Palavras excessivamente informais em um texto formal podem transmitir descuido. Por outro lado, palavras muito técnicas em uma situação simples podem dificultar

AMOSTRA

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- O médico é casado com Maria.
- Paulo é advogado.
- Patrícia não é casada com Paulo.
- Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo – Construir a tabela dos dados.** Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo – Construir a tabela gabarito.** Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

AMOSTRA

▪ 3º passo preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

ATENÇÃO: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

Paulo é advogado: Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

Patrícia não é casada com Paulo: Vamos preencher com “N” na tabela principal

Carlos não é médico: preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito.

Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	



CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, (SP), (LEI COMPLEMENTAR N.º 034, DE 25 DE MAIO DE 2011, (DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, (SP)

LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 25 DE MAIO DE 2011

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA.

SILVIO ROBERTO CAVALCANTI PECCIOLI, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei. FAZ SABER que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba.

Parágrafo único. Nos termos do art. 39 da Constituição Federal, o Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 65/2024)

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se servidor a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é a unidade laborativa com denominação própria, criada por lei, com número certo, remunerada pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições, responsabilidades e deveres.

Parágrafo único. O Município de Santana de Parnaíba destinará, no mínimo, 10% (dez por cento) dos cargos em comissão criados, aos ocupantes de cargos efetivos do respectivo Quadro de Servidores. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 45/2021)

Art. 4º Cargo técnico é aquele cujo desempenho exige especialidade de nível técnico.

Parágrafo Único - Cargo científico é aquele cujo desempenho exige especialidade de nível superior.

Art. 5º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos em Lei específica.

Art. 6º É vedado atribuir ao servidor encargos ou serviços diversos de sua carreira ou cargo, ressalvando as comissões legais e designações especiais de atribuições.

TÍTULO II DO CONCURSO, DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA REMOÇÃO, DA REDISTRIBUIÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I DO CONCURSO

Art. 7º Para o provimento de cargo público efetivo por nomeação será exigida a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em uma ou mais etapas, conforme a exigência de cada cargo.

Art. 8º O concurso público poderá ser organizado e realizado por empresa especializada, especialmente contratada para esse fim ou por uma comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O custo operacional dos concursos públicos poderá ser coberto com os recursos provenientes da taxa de inscrição.

§ 2º Os requisitos, as condições e demais peculiaridades para a realização dos concursos serão previamente estabelecidos pela autoridade competente, na forma da lei.

Art. 9º O concurso público poderá conter as seguintes etapas, conforme exigências do cargo, fixadas em lei:

- I - Prova Teórica;
- II - Prova Prática;
- III - Apresentação de Titulação;
- IV - Avaliação Psicológica;
- V - Avaliação Física; e
- VI - Investigação Social.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, será sempre obrigatória a prova teórica.

Art. 10. O concurso público terá a validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Parágrafo Único - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que serão devidamente publicados em jornal de circulação no Município.

CAPÍTULO II DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal:

- I - ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas Constitucionais;
- II - estar no gozo dos direitos políticos;

AMOSTRA

III - estar quite com as obrigações militares;
IV - ter o nível de escolaridade exigido para o cargo;
V - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
VI - gozar de boa saúde física e mental comprovada por exame médico;

VII - ter-se habilitado previamente por meio de concurso público, ressalvadas as exceções previstas nesta lei.

§ 1º A natureza e as atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º De acordo com os critérios de acessibilidade, às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com as limitações que possuírem, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3º Fica vedada a fixação de limite máximo de idade em concursos para admissão de pessoal, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

§ 4º Para comprovação da aptidão física e mental do candidato aprovado, o Município realizará exame médico admissional.

Art. 12. O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente, do Poder ou Entidade que realizou o concurso.

Art. 13. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 14. São formas de provimento de cargo público:

- I - Nomeação;
- II - Reversão;
- III - Reintegração;
- IV - Recondução;
- V - Aproveitamento.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 15. A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando decorrente de concurso público; e

II - em comissão, para cargos de confiança.

Art. 16. A nomeação para cargo efetivo depende da prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

SEÇÃO III DA REVERSÃO

Art. 17. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º Não poderá reverter ao cargo o aposentado que contar 70 (setenta) ou mais anos de idade.

SEÇÃO IV DA REINTEGRAÇÃO

Art. 18. Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo, anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, ou aproveitado em outro cargo, observado o disposto nesta Lei.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Quando a reintegração gerar o deslocamento sucessivo de diversos servidores, a regra da exoneração ou disponibilidade se aplicará ao último da sucessão.

SEÇÃO V DA RECONDUÇÃO

Art. 19. Recondução é o retorno do servidor ao cargo ou função anteriormente ocupado.

§ 1º A recondução decorrerá de:

- I - inabilitação em estágio probatório decorrente de nomeação para ocupar o cargo público; e
- II - reintegração do anterior ocupante.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo de origem aplicar-se-ão as regras que disciplinam o aproveitamento

SEÇÃO VI DO APROVEITAMENTO

Art. 20. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor ficará em disponibilidade remunerada, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Parágrafo Único - A extinção de cargo ou a declaração de sua desnecessidade somente serão admitidas se efetuadas por lei municipal.

Art. 21. O servidor em disponibilidade contribuirá para o regime de previdência.

Parágrafo Único - O tempo de contribuição, correspondente ao período em que permanecer em disponibilidade, será contado para efeito de aposentadoria e nova disponibilidade.

Art. 22. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único - O órgão de recursos humanos determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública.

Art. 23. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Parágrafo Único - A extinção de cargo, a declaração de sua desnecessidade e a colocação do servidor em disponibilidade serão precedidas, sempre que possível, da transformação da

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

A organização do tempo e do espaço na educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Esses elementos estruturam a rotina escolar, criando um ambiente seguro, estimulante e favorável à aprendizagem. O tempo e o espaço não são apenas aspectos administrativos, mas influenciam diretamente o modo como as crianças interagem, brincam, exploram e constroem conhecimento.

Um ambiente bem planejado proporciona autonomia e senso de pertencimento, permitindo que as crianças explorem diferentes possibilidades de aprendizado de forma ativa. Da mesma forma, uma rotina equilibrada ajuda a criança a compreender a sequência dos eventos diários, promovendo segurança emocional e organização cognitiva.

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O tempo na educação infantil deve ser planejado de forma flexível e estruturada ao mesmo tempo. Diferente dos ensinamentos fundamental e médio, onde há uma divisão rígida entre disciplinas, a educação infantil exige uma rotina que respeite o ritmo das crianças, alternando momentos de aprendizado, descanso, brincadeiras e alimentação.

A rotina diária deve seguir um ritmo previsível, pois isso proporciona segurança para a criança. Saber o que acontecerá ao longo do dia reduz a ansiedade e facilita a adaptação escolar. No entanto, essa previsibilidade não significa rigidez: a flexibilidade é essencial para permitir que as crianças explorem e experimentem de acordo com seus interesses.

Os principais momentos que compõem a organização do tempo na educação infantil incluem:

- **Acolhimento e chegada:** A entrada na escola deve ser um momento de recepção afetiva, permitindo que a criança se sinta bem-vinda e preparada para o dia.
- **Atividades dirigidas e livres:** O equilíbrio entre momentos estruturados pelo educador e momentos de livre exploração é essencial para o desenvolvimento cognitivo e social.
- **Hora da alimentação:** O momento da refeição deve ser visto não apenas como uma necessidade biológica, mas também como um espaço de convivência e aprendizagem.
- **Descanso e relaxamento:** O descanso, seja em forma de cochilo ou de atividades tranquilas, é importante para recarregar a energia das crianças.
- **Brincadeiras e exploração:** O brincar é a principal forma de aprendizagem na infância e deve ser parte central da rotina.

- **Encerramento e despedida:** A transição para o momento de ir para casa deve ser tranquila, preparando a criança para a separação do ambiente escolar.

A organização do tempo deve levar em conta as necessidades individuais das crianças, respeitando ritmos diferentes de adaptação e aprendizagem. Além disso, a rotina deve incluir transições suaves entre as atividades, evitando mudanças bruscas que possam gerar desconforto ou insegurança.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O espaço na educação infantil deve ser planejado para estimular a autonomia, a criatividade e a interação social. O ambiente escolar não é apenas um local físico onde as crianças estão reunidas, mas um elemento ativo no processo de aprendizagem. Um espaço bem estruturado permite que a criança explore, manipule e experimente o mundo ao seu redor, contribuindo para seu desenvolvimento sensorio-motor, emocional e cognitivo.

Para garantir um ambiente adequado ao aprendizado infantil, o espaço deve atender a alguns critérios essenciais:

- **Acessibilidade e segurança:** Os móveis e materiais devem ser adequados ao tamanho das crianças e organizados de maneira segura.
- **Divisão por áreas de interesse:** O espaço deve ser setorizado para diferentes atividades, como cantos de leitura, artes, construção, jogos simbólicos e exploração da natureza.
- **Espaços ao ar livre:** O contato com a natureza e a liberdade para se movimentar são essenciais para o desenvolvimento motor e emocional.
- **Materiais disponíveis e acessíveis:** Brinquedos e recursos pedagógicos devem estar ao alcance das crianças para incentivar a autonomia e a curiosidade.
- **Ambiente acolhedor e convidativo:** O espaço deve transmitir conforto e bem-estar, com cores, texturas e elementos que reflitam o universo infantil.

Um ambiente bem planejado estimula a interação entre as crianças, promovendo a socialização e o aprendizado coletivo. Além disso, o espaço deve permitir tanto momentos de concentração e individualidade quanto momentos de convivência e cooperação.

A RELAÇÃO ENTRE TEMPO E ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O tempo e o espaço na educação infantil não são elementos isolados, mas interagem constantemente para criar um ambiente propício ao aprendizado. Um planejamento eficiente considera como os diferentes momentos da rotina se conectam com a organização do ambiente. Por exemplo, a disposição dos móveis e dos brinquedos pode facilitar a transição entre atividades, evitando deslocamentos desnecessários e garantindo um fluxo natural ao longo do dia.

AMOSTRA

Além disso, o planejamento do tempo deve levar em conta a exploração dos espaços. O uso do pátio, da sala de aula, da biblioteca e de áreas externas deve ser distribuído ao longo do dia de maneira equilibrada, garantindo diversidade de experiências sem sobrecarregar as crianças. A flexibilidade também é importante, permitindo que as crianças tenham tempo suficiente para se engajar nas atividades antes de serem direcionadas para outra tarefa.

A organização do tempo e do espaço na educação infantil é essencial para proporcionar um ambiente de aprendizado seguro, acolhedor e estimulante. A rotina estruturada, mas flexível, ajuda a criança a se sentir segura e a desenvolver habilidades emocionais e cognitivas. Da mesma forma, um espaço bem planejado promove a autonomia, a interação e o desenvolvimento global da criança.

A combinação entre tempo e espaço bem organizados permite que as crianças explorem, brinquem e aprendam de forma significativa. O papel dos educadores é garantir que esses elementos estejam sempre alinhados com as necessidades infantis, proporcionando um ambiente enriquecedor e favorável ao crescimento. Dessa forma, a escola se torna um espaço de descobertas, onde cada criança pode desenvolver todo o seu potencial de forma plena e feliz.

CUIDADOS ESSENCIAIS: ALIMENTAÇÃO, REPOUSO, HIGIENE E PROTEÇÃO

► Alimentação no Ambiente Escolar

A alimentação no ambiente escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento físico, cognitivo e social dos alunos. Além de fornecer a energia necessária para as atividades diárias, a alimentação escolar está diretamente ligada à saúde, à prevenção de doenças e ao desempenho acadêmico.

As refeições oferecidas nas escolas representam uma oportunidade não apenas para promover bons hábitos alimentares, mas também para reduzir desigualdades sociais e econômicas, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma nutrição adequada.

► Papel da Alimentação na Saúde e no Aprendizado

Uma alimentação saudável e balanceada é essencial para o bom funcionamento do corpo e da mente. Estudos mostram que alunos que se alimentam de maneira adequada apresentam maior capacidade de concentração, memória e aprendizagem, o que se reflete no desempenho escolar. A falta de nutrientes, por outro lado, pode causar fadiga, dificuldade de atenção e até problemas de comportamento, prejudicando o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos.

Além disso, a alimentação escolar é particularmente importante em comunidades de baixa renda, onde muitas crianças podem não ter acesso a refeições completas e nutritivas em casa. Para muitos alunos, a merenda escolar é a principal refeição do dia, sendo uma medida fundamental para combater a fome e a desnutrição. Garantir o acesso a refeições adequadas na escola é, portanto, uma forma de promover a equidade social e reduzir os impactos da pobreza no desempenho acadêmico.

► Programas de Alimentação Escolar

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos principais responsáveis por garantir que os estudantes da rede pública tenham acesso a refeições nutritivas e de qualidade. Instituído em 1955, o PNAE oferece alimentação gratuita para todos os alunos da educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, com o objetivo de atender às suas necessidades nutricionais durante o período em que estão na escola.

O PNAE também tem um caráter educativo, promovendo a inclusão de alimentos saudáveis, regionais e orgânicos no cardápio escolar, de forma a incentivar bons hábitos alimentares desde cedo. De acordo com as diretrizes do programa, pelo menos 30% dos alimentos devem ser adquiridos de pequenos produtores locais, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a sustentabilidade do meio ambiente.

Entre os principais objetivos do PNAE estão:

- Oferecer refeições balanceadas e adequadas às necessidades nutricionais dos alunos.
- Contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, proporcionando alimentos que atendam às exigências de crescimento e saúde.
- Estimular o consumo de alimentos regionais e saudáveis, promovendo a educação alimentar e nutricional.

► Educação Alimentar e Nutricional

O ambiente escolar também é um espaço privilegiado para a promoção da educação alimentar. As escolas têm a responsabilidade de educar os alunos sobre a importância de uma dieta equilibrada, ajudando-os a desenvolver hábitos alimentares saudáveis que podem perdurar ao longo da vida. Isso pode ser feito por meio de atividades pedagógicas que integram a alimentação ao currículo escolar, como aulas de ciências e projetos interdisciplinares que abordem o tema da nutrição.

A educação alimentar pode envolver tanto o aprendizado teórico sobre nutrientes e grupos alimentares quanto a prática, como a participação dos alunos em hortas escolares, que permitem que eles tenham contato direto com o cultivo de alimentos. Essas experiências contribuem para o entendimento sobre a origem dos alimentos e o impacto das escolhas alimentares na saúde e no meio ambiente.

Além disso, a criação de espaços de refeição que promovam uma alimentação consciente, como refeitórios organizados de forma a incentivar a convivência e o respeito ao tempo de comer, pode influenciar positivamente os hábitos alimentares dos estudantes. O momento da refeição na escola também deve ser visto como uma oportunidade de socialização e aprendizado de boas maneiras à mesa, aspectos importantes na formação social das crianças.

► Desafios na Alimentação Escolar

Apesar dos avanços na política de alimentação escolar, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a questão da obesidade infantil, que tem se tornado um problema crescente em diversas partes do mundo. O consumo excessivo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcar e gordura, muitas vezes atrai



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

